

CT-CC - 028-1/73

DATA - 29/01/73

Contrato de Concessão para exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários que, entre si, celebram o **MUNICÍPIO DE CONDADO** no Estado de Pernambuco e a **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO**, com a interveniência do **SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S/A**.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, o **MUNICÍPIO DE CONDADO** no Estado de Pernambuco, representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr Paulo Ramos De Menezes devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 310 de trinta de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e a **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO**, sociedade de economia mista estadual inscrita no CGC MF sob o nº 09.769.035/001, daqui em diante designada **COMPESA**, devidamente representada neste ato e na forma legal e estatutária por seus Diretores abaixo assinados, com a interveniência do **SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S/A**, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC MF sob o nº 10.979.292/001, a seguir chamado **SANEPE**, devidamente representado por seu Diretor Presidente, firmam o presente Contrato de Concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários do **MUNICÍPIO**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### O B J E T I V O

**CLÁUSULA PRIMEIRA (DA VIGÊNCIA)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050. (N.R)

Passa a ser considerada como **ÁREA DE ABRANGÊNCIA** da prestação de serviços, todo o território municipal, classificando-o em **ÁREA URBANA** e **ÁREA RURAL**. (N.R)

§ 1º Na **ÁREA URBANA** a **COMPESA** será PRESTADORA DOS SERVIÇOS, nos termos da legislação. (N.R)

§ 2º Na **ÁREA RURAL** a **COMPESA** será prestadora ou desempenhará determinadas funções, como de apoiar prestador instituído pela própria comunidade. (N.R)

§ 3º Na **ÁREA RURAL**, a atuação da **COMPESA**, dar-se-á sem prejuízo da atuação de outros órgãos que atuam para este fim. (N.R)

§ 4º A **COMPESA** apoiará o desenvolvimento da **POLÍTICA DE SANEAMENTO RURAL**, nos moldes estabelecidos no Protocolo de Intenções, assinado pela Secretaria De Infraestrutura E Recursos Hídricos - Seinfra, a Secretaria De Desenvolvimento Agrário - SDA e a Companhia Pernambucana De Saneamento - Compesa, no dia 03 de fevereiro de 2021, da Portaria Conjunta nº 19/2020, e demais instrumentos que sejam formalizados. (N.R)

§ 5º. A **ÁREA URBANA** compreende a sede, que está estabelecida nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010. (N.R)

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A Concessão, estabelecida na cláusula anterior, estará sempre subordinada ao **PROGRAMA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PEAG** e ao Convênio celebrado entre o **BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH** e o Estado de Pernambuco, visando ao equacionamento global e permanente do problema de abastecimento em Municípios deste Estado, nos moldes preconizados pelo **PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO - PLANASA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA-BIS (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato)**. A **CONTRATADA**, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir: (N.R)

- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da **LNSB - LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO** (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização; (N.R)
- II. - com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da **LNSB**, caso Norma de Referência emitida pela **ANA** considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020. (N.R)

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela **ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO**, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela **ARPE - AGÊNCIA REGULADORA DE PERNAMBUCO** (N.R)

§ 2º A **CONTRATADA** assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras,

desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato. (N.R)

§ 3º. No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a **NORMA DE REFERÊNCIA N° 2, DA ANA**, ficam estabelecidas: (N.R)

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IUA (%)	57,50%	62,25%	68,56%	68,56%	68,56%	68,56%	68,56%	68,56%	68,56%	79,04%
IUE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IUA (%)	89,52%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%
IUE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IUA (%)	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	
IUE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§ 4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços. (N.R)

§ 5º. A **COMPESA** assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da **ANA** e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro. (N.R)

§ 6º. No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da **NORMA DE REFERÊNCIA N° 2, DA ANA**, considera-se: (N.R)

I . O **INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IUA)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

**IUA** =  $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$  (N.R)

II . O **INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUE)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

**IUE** =  $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$  (N.R)

**III . O INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUT)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

**IUT** =  $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$  (N.R)

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços dos sistemas públicos de esgotos sanitários também ficarão subordinados à política estabelecida pelo Estado.

#### **PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E AÇÕES**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O **TITULAR DOS SERVIÇOS** poderá contribuir com recursos, principalmente para o atendimento da **ÁREA RURAL**, objetivando a implantação ou ampliação dos serviços, com a finalidade de antecipar o atingimento dos objetivos e das metas dos serviços. (N.R)

**CLÁUSULA QUARTA** - O acervo constituído pelos equipamentos, obras, tubulações, imóveis ou outros bens pertencentes ao **MUNICÍPIO** e que estejam vinculados aos serviços públicos, ora concedidos, passarão à propriedade da **COMPESA** e a sua incorporação, mediante participação acionária do **MUNICÍPIO**, far-se-á após a sua exata descrição e avaliação, de acordo com o que dispõe o Decreto Lei 2.627 de 26 de setembro de 1940 e os estatutos sociais da **COMPESA**.

**CLÁUSULA QUINTA** - A **COMPESA** emitirá, em favor do **MUNICÍPIO**, ações nominativas preferenciais ou títulos múltiplos que as representem, correspondentes ao valor dos recursos em dinheiro e/ou dos bens que forem incorporados na forma estabelecida nas **CLÁUSULAS TERCEIRA E QUARTA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A **COMPESA** poderá também emitir, provisoriamente, cautelas que representem as ações, cabendo ao **MUNICÍPIO** o direito de, a qualquer tempo, solicitar a sua substituição por títulos simples, correndo as despesas respectivas por conta do **MUNICÍPIO**.

**CLÁUSULA SEXTA** - O acervo, referido na **CLÁUSULA QUARTA**, será alienado ao **MUNICÍPIO** em qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) no fim do prazo da concessão, não sendo este prorrogado;
- b) em caso de rescisão do contrato por culpa da **COMPESA**;
- c) em caso de liquidação da **COMPESA** e da **SANEPE**, caso sejam sucedidas por outras entidades que venham a ser criadas com iguais objetivos.



**CLÁUSULA SÉTIMA** - A **COMPESA** obriga-se, na hipótese da cláusula anterior, a receber, como pagamento dos bens a serem alienados ao **MUNICÍPIO**, as ações representativas da participação deste no seu capital social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os bens serão alienados pelo valor a ser apurado na época, em que deva ser promovida a respectiva alienação, e as ações recebidas pela **COMPESA**, na oportunidade, pelo seu valor de mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese do valor das ações não vir a ser suficiente para cobrir o preço dos bens a serem alienados ao **MUNICÍPIO**, caberá a este efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente, na forma a ser combinada.

**CLÁUSULA OITAVA** - Competirá a **COMPESA** receber, diretamente ou através do **MUNICÍPIO**, recursos em dinheiro ou em bens, destinados por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou externas, aos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, bem assim os consignados nos Orçamentos da União, do Estado ou do **MUNICÍPIO**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os recursos, referidos nesta Cláusula, poderão ser efetivados mediante participação acionária das aludidas entidades, quando por elas exigidos.

#### **DESAPROPRIAÇÃO E SERVIDÃO**

**CLÁUSULA NONA** - A **COMPESA** poderá promover, na forma da legislação em vigor, desapropriações por necessidade ou utilidade pública e estabelecer servidão de bens e direitos necessárias à execução e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no **MUNICÍPIO**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O **MUNICÍPIO**, mediante solicitação fundamentada da **COMPESA**, tomará a iniciativa de declarar através de Decreto, a necessidade ou utilidade pública para os efeitos desta cláusula, praticando os atos necessários a sua efetivação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A desapropriação poderá abranger áreas necessárias à implantação do sistema e/ou futura ampliação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A **COMPESA**, declarada a utilidade pública, poderá efetivar diretamente ou através da **SANEPE** a desapropriação, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial, dentro de cinco (5) anos, contados da data do respectivo Decreto.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A **COMPESA** poderá utilizar, para a mais exata realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas.

## **OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O **MUNICÍPIO** indenizará a **COMPESA** pelo valor dos investimentos por esta realizados no **MUNICÍPIO** e tudo mais que a **COMPESA** julgar legal atribuir, como vantagem, em decorrência deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Até o efetivo cumprimento das obrigações, estipuladas nesta cláusula, é vedado ao **MUNICÍPIO** explorar, ele próprio, esses serviços ou conceder a sua exploração a qualquer outra entidade pública ou particular, podendo a **COMPESA**, se assim o entender, continuar na prestação dos serviços até o efetivo recebimento da indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O **MUNICÍPIO** executará os serviços de recomposição do calçamento das ruas danificadas, em virtude das obras de construção e reparos de redes públicas, destinadas ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como dos ramais domiciliares, cabendo as despesas ao interessado ou responsável pelos referidos serviços.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Se o **MUNICÍPIO** tiver de realizar modificações nos nivelamentos das ruas ou nos seus traçados, exigindo tais obras alterações ou remoções de canalizações, as despesas, com estas, correrão por sua conta.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Será de responsabilidade do **MUNICÍPIO** o pagamento das contas devidas por banheiros, lavandarias, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotamento sanitário utilizados pelo **MUNICÍPIO** ou destinados ao uso público.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - O **MUNICÍPIO** obriga-se a impedir, por meio de legislação adequada e fiscalização efetiva, quaisquer obras ou atividades que venham a por em perigo um ou mais elementos dos sistemas, com especial atenção aquelas que possam causar contaminação do sistema de abastecimento de água ou perigo à saúde pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - O **MUNICÍPIO** executará por solicitação da **COMPESA** ou da **SANEPE**, os serviços de sua alçada que se tornem necessários à proteção dos elementos dos sistemas.

## **OBRIGAÇÕES DA COMPESA E/OU DA SANEPE**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Para a implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de água e esgotos, poderá a **COMPESA** realizar operações de crédito com entidades financeiras nacionais ou externas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A classificação dos usuários dos serviços de água e esgotos sanitários, e as condições de

prestação dos serviços serão, doravante, atribuições da **COMPESA** a serem fixadas no seu Regulamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA** - Quaisquer obras a serem executadas nos serviços ora concedidos, visando ampliações e melhorias, serão previamente projetadas e orçadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - A **SANEPE** manterá, no **MUNICÍPIO**, instalações adequadas para administração dos serviços locais.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - A **COMPESA** fica autorizada na forma que estatui a Lei Municipal nº 310, de 30.04.72, a fixar a política tarifária, estabelecer os preços e a arrecadar por intermédio da **SANEPE** a receita proveniente da exploração dos serviços concedidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As tarifas serão fixadas e reajustadas periodicamente, de modo a assegurar as despesas operacionais e de manutenção, as despesas com amortizações, juros e outros encargos financeiros e, ainda, o acúmulo de reserva para expansão dos sistemas.

#### **D I V E R S O S**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Não será fornecida água, nem serão prestados serviços de esgotos sanitários, gratuitamente, a nenhum prédio ou propriedade pública ou privada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** - A **COMPESA** e a **SANEPE** não se responsabilizarão pelas interrupções do fornecimento de água ou do funcionamento do serviço de esgotos sanitários, decorrentes de motivos de força maior, tais como: greves, inundações, acidentes, comoção pública, guerra, etc.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - A **COMPESA** e a **SANEPE** não se obrigam pelo pagamento de quaisquer débitos contraídos pelo **MUNICÍPIO**

#### **R E S C I S ã O**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** - Este Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo nos seguintes casos:

- a) mútuo acordo entre o **MUNICÍPIO** e a **COMPESA**;
- b) inadimplemento de suas cláusulas;
- c) liquidação da **COMPESA**;
- d) por comprovado interesse público.

#### **F O R O**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento, elegem as partes o foro da Comarca do Recife, renunciado a outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA-BIS (ARBITRAGEM).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela **CAMARB – CÂMARA DE ARBITRAGEM EMPRESARIAL – BRASIL**, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem. (N.R)

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência. (N.R)

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa. (N.R)

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento. (N.R)

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da **CAMARB**, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento. (N.R)

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável. (N.R)

E, por estarem as partes de mútuo e pleno acordo com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, assinam o presente instrumento em quatro (4) vias de um único teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas a tudo presente.

Recife, 29 de janeiro de 1973

**ARMANDO DA COSTA CAIRUTAS**  
Diretor Presidente da COMPESA

**HAMILTON FRANCISCO DE ARAÚJO**  
Diretor Superintendente da COMPESA

**CLÊNIO DE OLIVEIRA TORRES**  
Diretor Executivo da COMPESA e



Diretor Presidente da SANEPE

**PAULO RAMOS DE MENEZES**

Prefeito do Município de CONDADO

**SRBASTIÃO DE ARAÚJO BARRETO CAMPELLO**

Diretor Executivo da COMPESA e  
Diretor Presidente do SANER

TESTEMUNHAS: